

MEIO AMBIENTE

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Regional

Representação

Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT)

Representantes



Titular

Fábio Floriano Haesbaert

Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (AMAT)

(Compareceu)



Assessora Técnica

Cristiane de Souza Soares

Especialista Executiva

Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC

(Compareceu)



Suplente

Wilson de Azevedo Filho

Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 29 de abril de 2021

Resumo

A Câmara Técnica de Segurança de Barragens apresentou o parecer do relatório sobre a segurança de barragens, que fez um resumo gerencial chamando a atenção sobre dados relevantes para alguns estados, incluindo recomendações para providências locais. Considerando que nenhuma recomendação foi direcionada à CTIGAT passou-se para o próximo ponto da pauta que tratou dos Informes dos Coordenadores dos Grupos de Trabalhos.

GT de Águas Subterrâneas

O Coordenador informou que foram relacionadas quatro linhas de ação que serão alinhadas ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2022-2040) cujas proposições resultarão em orientações ou Resoluções.

1 – Regulação do uso das águas subterrâneas litorâneas, enfatizando o problema da intrusão marinha;

2 – Regulação da exploração das águas subterrâneas nas áreas de ocorrências de fontes termominerais;

O representante da CNC ponderou sobre a necessidade da Resolução pelo impacto negativo que vem sendo observado nas regiões turísticas hidrominerais, defendendo a criação das áreas de proteção de recargas hídricas, buscando regular a quantidade de outorgas e as permissões das vazões a serem exploradas, a fim de preservar a qualidade e a quantidade das águas.

3 – Estudo no Sistema Aquífero Parecis, que se localiza na região Centro-Norte, para avaliar seu potencial de utilização, que apesar de estar em uso e tem dados que pode fornecer até 500 m³/h, mas sem dados específicos suficientes para sua exploração sustentável;

4 – Padronização de dados e informações nos estados para o requerimento de outorga, que se fazem necessários visto que os aquíferos subterrâneos não se limitam a um único estado, o que dificulta a análise da Agência Nacional de Águas – ANA.

GT Costeiros

A coordenadora relatou que o Grupo decidiu pela coleta de informações junto ao Ministério do Meio Ambiente, às Secretarias de Estaduais de Meio Ambiente e os Comitês de Bacias Hidrográficas. Assim, foi direcionado um pedido de informações ao Ministério do Meio Ambiente que, de onde ainda não se obteve resposta. Aos comitês de bacias hidrográficas e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente também serão enviados ofícios onde constarão o link para acesso ao formulário virtual com os pedidos de informações relacionadas ao Gerenciamento Costeiro.

GT Fronteiriços e Transfronteiriços

O Coordenador estava ausente, tendo sido apresentado por integrante que informou que foram realizadas diversas apresentações informativas que envolveram terras indígenas, uso agrícola, acordos internacionais, entre outros temas. A agenda de trabalho previa a criação de um subgrupo para a criação de comitês de bacias em áreas de fronteiras, mas ainda não teve seus trabalhos iniciados.

O próximo item da pauta foi apresentação do Programa Águas Brasileiras conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR com a participação dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Controladoria-Geral da União (CGU), além da parceria com estados e municípios. O Programa foi lançado simultaneamente no estado do Alagoas e no Estado de Minas Gerais. Com esse objetivo de ampliar a quantidade e a qualidade da água disponível para consumo e para o setor produtivo, de forma a fomentar o desenvolvimento regional e garantir mais qualidade de vida para a população.

O Governo Federal lançou o Programa Águas Brasileiras, que conta com a participação dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com estados e municípios.

O programa viabiliza a integração de eixos temáticos com o objetivo de potencializar as diversas ações de conservação das águas que estão em andamento no Brasil. O diretor Wilson Rodrigues de Melo Junior informou que o critério para a seleção das bacias hidrográficas a serem revitalizadas incluiu, além do fomento à economia, a densidade demográfica, o IDH entre os critérios sociais, econômicos e ambientais.

O MDR selecionou, por meio de edital, 26 projetos de revitalização de bacias hidrográficas, que contemplam mais de 250 municípios de 10 estados. Foram escolhidos 16 projetos para a Bacia do Rio São Francisco, dois para a do Rio Parnaíba, dois para a do Rio Taquari e seis para a do Rio Tocantins-Araguaia.

Encaminhamentos: Estabelecer um calendário anual de reuniões da Câmara Técnica, por fim, foi definida a data de 10 de junho/2021 para a realização da próxima reunião. cerrada.